

A TRAGIMORAÇÃO NAS MANIFESTAÇÕES DE CLARÍN, LA NACIÓN E EL PAÍS NO ENTORNO DO 20º ANIVERSÁRIO DO GOLPE DE ESTADO ARGENTINO (1996)

Ana Carolina Balbino¹

Resumo: Nesse artigo analisamos a *tragimoração* – termo que alude aos atos de memória (comemorações) que se apropriam de eventos e locais trágicos para trazer à tona questões pulsantes da sociedade – que ocorreu na Argentina durante as comemorações do 20º aniversário do golpe de Estado (24/03/1996). Partindo do importante papel dos jornais na formação de uma memória pública, e no caráter transnacional do debate de direitos humanos nos anos 1990, contrapomos as publicações sobre direitos humanos e exílio nos periódicos *Clarín* e *La Nación* (Argentina) e no *El País* (Espanha) entre os dias 19 e 25 de março de 1996. A escolha pelo país ibérico se deu pela sua importância como receptor do exílio e pela abertura de um processo judicial contra militares argentinos acusados de violações de direitos humanos em 1996.

Palavras-Chave: exílio argentino, *tragimoração*, imprensa, ditadura argentina.

THE TRAGIMORAÇÃO IN THE MANIFESTATIONS OF CLARÍN, LA NACIÓN AND EL PAÍS AROUND THE 20TH ANNIVERSARY OF THE ARGENTINE COUP D'ÉTAT (1996)

Abstract: In this article we analyze the *tragimoração* – a term that refers to acts of memory (commemorations) that appropriate events and tragic places to bring up the pulsating issues of society – that occurred in Argentina during the commemorations of the 20th anniversary of the coup d'état (24/03/1996). Based in the important role of newspapers in the formation of a public memory and the transnational nature of the human rights debate in the 1990s, we counteracted the publications on human rights and exile in the newspapers *Clarín* and *La Nación* (Argentina) and *El País* (Spain) between 19 and 25 March 1996. The choice for the Iberian country occurred to its importance as a recipient of the exile and opening of a judicial process against Argentine military accused of human rights violations in 1996.

Keywords: Argentine exile, *tragimoração*, press, dictatorship.

* Esse artigo é parte da pesquisa de doutorado em andamento, intitulada *O lugar do exílio: A retomada dos debates sobre os Direitos Humanos na Argentina (1995-1997)*, realizada com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

¹ Doutoranda no departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A comemoração do 20º aniversário do golpe: uma *tragimoração*

A Argentina foi o país do Cone Sul que mais suscitou esperanças de justiça aos familiares e vítimas da repressão instalada pelo *Processo de Reorganização Nacional*². Logo após assumir o poder, o presidente eleito Raúl Alfonsín (1983-1989) decretou o julgamento dos chefes das três primeiras juntas militares e criou a CONADEP (*Comissão Nacional sobre a Desaparição de Pessoas*)³, cujos objetivos eram investigar o destino das pessoas desaparecidas e reunir provas que possibilitassem conhecer a verdade sobre a repressão perpetrada. Os resultados dessa investigação foram divulgados ao público no informe de 1984 intitulado *Nunca Más*⁴.

Contudo, esse processo foi logo interrompido. Buscando limitar a responsabilização aos líderes das Juntas Militares, e diante da inquietação das Forças Armadas, o governo

² Ao tomarem o poder em 1976 as Forças Armadas argentinas afirmavam a necessidade de restabelecer a ordem e reorganizar as instituições. Reforçando essa ideia, os militares intitularam seu governo de *Processo de Reorganização Nacional* (doravante PRN). Há uma dificuldade em precisar os dados da repressão perpetrada no PRN, seja pelo caráter clandestino adotado, seja pela destruição e ocultamento de informações pelos responsáveis.

³ No início dos anos 1980 as Forças Armadas perdiam apoio diante do agravamento da crise econômica e da reverberação das denúncias feitas por familiares de vítimas, exilados e sobreviventes. Essa situação tornou-se ainda pior com a derrota na Guerra das Malvinas em 1982, depois de pouco mais de dois meses de batalha contra os ingleses. Ainda naquele ano, o general Reynaldo Bignone assumiu um governo sem legitimidade, e iniciou o processo de retirada do poder, tendo como objetivo principal impedir as investigações sobre a repressão. Assim em abril de 1983 editou-se o *Documento Final sobre a Guerra contra a subversão e o terrorismo*, que justificava o uso dos métodos repressivos devido à excepcionalidade do inimigo, e declarava mortos os desaparecidos que não estivessem no exílio ou na clandestinidade, sem aclarar motivo de óbito ou local de sepultura. Rechaçando essa explicação, os movimentos de direitos humanos reafirmaram sua demanda de *verdade e justiça*, que ganhava cada vez mais espaço na sociedade. Em setembro do mesmo ano foi promulgada a *Ley de Pacificación Nacional*, que anistiava todos os envolvidos na luta anti-subversiva. Enquanto juristas debatiam a constitucionalidade ou não da lei, os dois principais candidatos à presidência tomaram posições: Ítalo Luder, candidato peronista, adotou uma postura pragmática de aceitação dos argumentos dos militares e de defesa da “reconciliação nacional”, enquanto Raúl Alfonsín, da União Cívica Radical, opôs-se a qualquer impunidade, o que, segundo Roniger e Szajder (2004: 61) o ajudou a eleger-se em outubro com 52% dos votos.

Respondendo às suas promessas de campanha e às reivindicações dos movimentos de direitos humanos e de familiares de vítimas, poucos dias depois de assumir Alfonsín editou os decretos 157 e 158, que abriam processos judiciais contra os chefes das três primeiras juntas militares e contra sete líderes dos principais movimentos guerrilheiros dos anos 1970, além de criar a CONADEP. Para maiores informações sobre os problemas na equiparação entre Terrorismo de Estado e guerrilhas armadas presentes nos decretos de Alfonsín e nos primeiros anos da democracia argentina ver: BALBINO, 2015: 43-52; VEZZETTI, 2009: 109-145; LVOVICH e BISQUERT, 2008: 33-43; RONIGER e SNAJDER, 2004: 279-280; JENSEN, 2004: 858-870. Para maiores informações sobre os debates envolvendo a criação e os objetivos da CONADEP ver: CRENZEL, 2008: 53-103.

⁴ Êxito editorial, com 10 edições e algumas reimpressões desde seu lançamento, o *Nunca Más* é considerado a primeira memória oficial da repressão na Argentina. Essa oficialidade advém de sua produção por uma Comissão criada pelo governo, além de sua aceitação como prova judicial para a condenação das juntas militares em 1985. As edições de 2006 e 2016 estão envolvidas em polêmicas devido a exclusão – na primeira – e reintegração – na segunda – do prólogo original escrito por Ernesto Sábato.

Alfonsín editou em 1986 a *Lei de Ponto Final*, que estipulou um prazo máximo de 60 dias para a iniciação dos trâmites judiciais de novos processos. Os planos do poder executivo foram frustrados, entretanto, pela ação das organizações de direitos humanos – que buscaram acolher o máximo de denúncias possíveis – associada ao poder judicial – juízes das cidades de Bahía Blanca, Córdoba, Tucumán, Rosario, Mendoza e La Plata cancelaram o recesso de final de ano para atender às demandas no prazo estipulado. No início de 1987 cerca de 300 processos haviam sido iniciados, dez vezes mais do que se esperava. Na semana santa daquele mesmo ano houve o primeiro levante dos *carapintadas*, ameaçando a democracia⁵. Pressionado, o governo editou a *Lei de Obediência Devida* que impedia a abertura de processos contra os militares com patentes inferiores à de tenente-coronel. Falava-se em fechar as feridas do passado e seguir em frente.

A regressão no tratamento às violações de direitos humanos foi completada pelos indultos (1989 e 1990) concedidos pelo presidente Carlos Menem (1989-1999), que libertou todos os repressores e líderes guerrilheiros condenados no governo anterior. Com um discurso de pacificação nacional, o presidente peronista queria encerrar os debates sobre a repressão na Argentina. Se para os familiares das vítimas e organizações de direitos humanos era impossível esquecer o passado, a mídia encampou o discurso governamental e o legado das violações de direitos humanos perdeu espaço na sociedade.

Dessa forma, no início dos anos 1990 existiu uma paralização no debate, e a memória da ditadura foi relegada aos materiais didáticos. Para muitas das vítimas que já não encontraram espaço de fala nos primeiros anos da democracia, essa situação pareceu confirmar sua exclusão definitiva da memória do PRN (JENSEN, 2004: 818-88;

⁵ Em 14 de abril de 1987 o major Ernesto Barreiro se negou a prestar declarações ante a Câmara Federal de Córdoba, onde era imputado por torturas e assassinatos de pessoas sequestradas no Centro Clandestino de La Perla. Refugiado no Regimento de Infantaria Aerotransportada do III Corpo do Exército, o militar iniciou um amotinamento quando a polícia tentou leva-lo ao tribunal. Outros agrupamentos se somariam ao movimento, em especial o comandado pelo tenente-coronel Aldo Rico, no Campo de Mayo. Conhecido como movimento dos Carapintadas, o levante teve amplo rechaço da população, que saiu às ruas para apoiar o governo e a democracia. Se bem Alfonsín tenha afirmado que não aceitaria extorsões, não contava com a subordinação necessária para acalmar os levantes. No domingo de Páscoa, 19 de abril, o presidente foi pessoalmente negociar com Rico, que horas mais tarde depôs armas. No dia 04 de junho daquele ano foi editada a Lei de Obediência Devida.

BALBINO: 2015: 43-64). Se as organizações de familiares de vítimas e de direitos humanos continuaram a lutar, perderam grande parte de seu poder de convocatória⁶.

Um dos poucos eventos que ainda ganhava repercussão no país era a comemoração do aniversário do golpe (24 de março). Durante a ditadura, a data foi celebrada pelas Forças Armadas como um dia de vitória, ao mesmo tempo em que servia para que exilados amplificassem as denúncias sobre a repressão. Com a retomada da democracia, as organizações de direitos humanos a usavam para reafirmar suas demandas de *verdade, justiça e memória*⁷. Assim sendo, o 24 de março passou de uma data na qual os militares exaltavam os “feitos” do PRN para um momento de debate do legado repressivo, num processo que chamamos aqui de *tragimoração*.

Resulta imposible estudiar ‘el 24’ sin seguir sus cambios a través de distintas coyunturas históricas, entendidas como la alternancia de diversos actores sociales que sucesiva y también simultáneamente intentaron colocarse en el papel de los portavoces autorizados para ‘explicar’ el significado de la conmemoración. Todos los actores, al sostener como propia una visión del pasado, relegan o descartan otras. La adoptada tiene para el grupo un valor de verdad, sobre el cual arma su idea de la realidad. La existencia de distintas visiones y distintos sentidos produce luchas por ocupar un espacio hegemónico en la narración del pasado de una sociedad. (LORENZ, 2002: 56)

Com uma espécie de jogo entre as palavras trágico e comemoração, a *tragimoração* alude aos atos de memória (comemorações públicas) que se apropriam de datas ou locais considerados trágicos⁸ para trazer à tona questões pulsantes da sociedade. Na tentativa de

⁶ Os movimentos de direitos humanos não se calaram após os indultos de Menem, repudiando as ações governamentais e convocando manifestações e marchas. Contudo, se durante a ditadura os vários grupos se uniram em torno das vítimas, na democracia sua heterogeneidade ficava mais latente, levando a divisões e debilidade. Além disso, a grave crise econômica e a hiperinflação retiraram a exigência de punição aos repressores do centro das preocupações sociais. Se as manifestações perderam público, surgiram novas formas de expressão: as lutas por reparações econômicas, as ações judiciais no exterior, a busca pelos bebês sequestrados ao nascer, a visibilidade de manifestações artísticas, a consolidação de uma memória didática, entre outros. Para mais informações, ver: JELIN, 2018: 141-144; LVOVICH e BISQUERT, 2008: 49-54; LORENZ, 2002: 78-81.

⁷ Conforme nos mostra Jelin (2018: 89), durante os primeiros momentos da transição democrática as principais demandas do movimento de direitos humanos eram por verdade – esclarecer o que havia se passado – e justiça – castigo aos culpados. Conforme os governos de Alfonsín e Menem avançaram, incorporou-se também a demanda por memória – não individual, mas coletiva – na tentativa de evitar o esquecimento, conformando assim a reivindicação central dos organismos de direitos humanos argentinos: *verdade, justiça, memória*.

⁸ A percepção da ditadura e dos desaparecimentos como tragédias na história Argentina já aparecia na construção de memórias de exilados e da própria sociedade (VEZZETTI, 2009: 206-207; JENSEN, 2004: 253, 696-697), e está marcada no prólogo do *Nunca Más* (SÁBATO, 1984: 2).

cumprir o que Paul Ricœur chama de dever de memória, ou seja “o dever de fazer justiça, pela lembrança, a outro que não a si” (RICŒUR, 2007: 101), setores sociais utilizam-se dessas comemorações para manter viva a memória das tragédias e de suas vítimas.

Durante la dictadura militar las actividades de los organismos de derechos humanos se centraron en denunciar – generalmente en el exterior – y en documentar los hechos de represión estatal. Con el advenimiento de la democracia y la posibilidad de juzgar a los militares se ampliaron esas prácticas y, aunque no inmediatamente, dichas organizaciones se reapropiaron de la conmemoración del 24 de marzo otorgándole un nuevo significado. (LVOVICH e BISQUERT, 2008: 13)

Os eventos ligados ao Nazifascismo foram os primeiros a usar a *tragimoração* no século XX. Assim, as comemorações levadas a cabo não apenas mantinham viva a memória do horror, mas procuravam resignificar as datas e locais tradicionalmente ligados ao holocausto (SILVA, 2007: 3). Na América Latina, os aniversários dos golpes de estado e os centros clandestinos de detenção tornaram-se espaços privilegiados para a instalação de memórias sobre as violações de direitos humanos (JELIN e LANGLAND, 2003: 3-4). Ao utilizar uma data ou local marcados pelas desapareições, torturas e perseguições políticas, setores sociais diferentes buscavam mobilizar a população em torno da temática da repressão, colaborando na construção social de uma memória dos regimes militares (JELIN, 2002a). Ao ganharem certa repercussão pública, esses eventos também permitem visualizar as disputas e conflitos pela memória, já que assim atores político-sociais diversos podem exteriorizar múltiplos discursos. (JELIN, 2002a: 1-2).

No caso argentino, as comemorações do aniversário do golpe transformaram-se em *tragimorações* a partir do advento da democracia. Enquanto o PRN ainda existia, os militares usavam o 24 de março para celebrar seu papel no combate à subversão. Contudo, por maior que tenha sido o esforço, a data não ganhou espaço nos corações argentinos como se esperava (LORENZ, 2002: 63). Após a redemocratização, as organizações de direitos humanos passaram a remodelar as comemorações em torno desse dia, lembrando as vítimas de um regime e a destruição de uma geração.

El contraste entre las formas y contenidos de la conmemoración del movimiento de derechos humanos con relación al período anterior es evidente: se eligen espacios fuertemente cargados de sentido como la ESMA, y las marchas reemplazan a las ceremonias estáticas del período militar. La fecha, vigente desde su instalación por la dictadura militar, es

mantenida por los organismos de derechos humanos. Aunque por motivos opuestos, ‘el 24’ ofrecía el espacio de condensación de sentidos tanto para unos como para otros. (LORENZ, 2002: 72)

Claro que a inclusão de novas memória não se deu sem disputas. Lorenz (2002: 75-76) afirma que comemoração do 24 de março de 1987 foi marcada por um clima tenso, já que pela primeira vez se enfrentaram no espaço público discursos antagônicos sobre a ditadura. Enquanto os organismos de direitos humanos continuavam a exigir *verdade, justiça e memória*, setores favoráveis aos militares expressaram-se em torno da ideia de *guerra suja*⁹, lembrando as atividades “subversivas” dos anos 1970.

Todavia, foi no aniversário de 20 anos do golpe que o 24 de março ganhou primazia para o debate das questões de direitos humanos na Argentina. Como já dito, diante da impossibilidade de justiça e do silenciamento da maior parte da mídia, o país passou por um momento de esfriamento na memória pública¹⁰ do PRN. Esse silêncio foi rompido em março de 1995 quando o capitão da Marinha Adolfo Scilingo deu diversos depoimentos nos quais esclarecia sua participação nos chamados voos da morte (JENSEN, 2004: 937; RONIGER e SNAJDER, 2004: 133-134; VERBITSKY, 1995). Se a metodologia repressiva já era conhecida, o aparecimento do testemunho de Scilingo chocou pela cruzeza e por escancarar para as novas gerações a realidade sobre a repressão do PRN. Naquele 24 de março, as *Madres de Plaza de Mayo*¹¹ convocaram seu ato para a ESMA, campo clandestino no qual Scilingo atuou (LORENZ, 2002: 81).

⁹ A versão da guerra suja (*guerra sucia*) surgiu durante o PRN. Após a visita da Comissão de direitos humanos da Organização dos Estados Americanos à Argentina em 1979, os militares tiveram de explicar-se publicamente a respeito das denúncias de violações de direitos humanos. Se continuaram a acusar os exilados de “subversivos em fuga” que perpetravam uma “campanha antiargentina”, afirmaram também que na luta contra um inimigo não-convencional – a guerrilha subversiva – era preciso adotar métodos não-convencionais de guerra, o que gerava uma “guerra suja”.

¹⁰ Tomamos como conceito de imagem/memória coletiva/pública aquelas que circulam através de meios sociais, como imprensa, organismos civis, cerimônias, monumentos, livros, e que são construídas a partir de ações de atores político-sociais, como a escola, o governo, as organizações de direitos humanos, os meios de comunicação. Essas memórias/imagens estão em disputa, e procuram marcar seu caráter de “verdade” perante a sociedade. Para tal, tomamos as considerações sobre memória em VEZZETTI, 2009: 32-33; GASSMAN, 2009: 1; LVOVICH e BISQUERT, 2008: 8; RICŒUR, 2007: 1301-34; JELIN, 2002b: 20-26, 127.

¹¹ No dia 30 de abril de 1977 um grupo de 14 mães de detidos-desaparecidos se reuniu na Praça de Maio onde se localiza a Casa Rosada, residência oficial do chefe do governo argentino, com o objetivo de pressionar o general Videla, presidente da ditadura, a conceder informações sobre o paradeiro de seus filhos. Obedecendo à ordem da polícia que as mandava circular, essas mulheres começaram a caminhar em roda pela praça. Logo se juntariam a elas outros familiares de vítimas – a maioria mulheres – em rondas que se repetiriam todas as quintas-feiras. Carregavam fotos dos desaparecidos e um lenço branco na cabeça, símbolo que as representa até hoje. A agrupação ganhou enorme repercussão dentro e fora da Argentina, chamando a atenção para a violenta repressão que se perpetrava no país.

O choque causado pelas declarações do capitão, associado ao momento político vivido pela Argentina – contestação às políticas econômicas de Menem – reavivaram os debates no espaço público sobre as violações de direitos humanos. As novas gerações engajaram-se na luta das organizações de familiares, novos atores sociais passaram a reivindicar espaço de fala e foi trazido à tona o sofrimento vivido por vítimas até aquele momento relegadas a um segundo plano, como ex-presos políticos, sobreviventes de campos e exilados. “Nuevos actores sociales comenzaron a participar en las conmemoraciones, con una multiplicación de pequeños actos e iniciativas, algunas particulares y otras patrocinadas por instituciones públicas.” (LORENZ, 2002: 82)

À visto disso, as comemorações do 20º aniversário do golpe ganharam enormes proporções no país. Organizações de direitos humanos, a CTA (*Central de trabajadores de la Argentina*) e intelectuais se uniram, planejando atos para todo o mês de março que culminariam numa grande marcha no dia 24. Segundo Lorenz (2002: 83-84) o sucesso desse evento se deu por dois motivos: a ampla cobertura dada pelos veículos de comunicação e a participação de pessoas sem vinculação direta com o movimento de direitos humanos, que pela primeira vez sabiam onde ir. O ano de 1996 foi fundamental na *tragimoração* do 24 de março, definindo-o como uma data central no debate do legado da repressão, na inclusão de outros atores político-sociais não ligados às organizações de direitos humanos mais tradicionais da Argentina, e na possibilidade de construção de novas memórias que incluíam as vítimas antes silenciadas, como os exilados.

Os jornais *Clarín*, *La Nación* e *El País* e a *tragimoração* no 20º aniversário do golpe

A mídia é um dos atores fundamentais na construção da memória pública. Aproveitando sua inserção na sociedade, os meios de comunicação procuram consolidar discursos que legitimem suas posições nos mais diversos assuntos. Alertamos, contudo, que eles não são os únicos atores político-sociais que colaboram na construção dessas memórias: datas cívicas, comemorações, materiais didáticos, discursos estatais, ações culturais também buscam legitimar discursos e imagens coletivas sobre o passado de uma nação (JELIN, 2002a: 2).

Na década de 1990, apesar de não terem mais o monopólio da informação, os jornais mantinham um status importante como veículos de comunicação, publicando

informações e discursos que seriam interpretados pela sociedade. Dessa forma, analisar como buscaram transmitir a memória do PRN no entorno do 20º aniversário do golpe pode colaborar para que entendamos a imagem que buscaram construir naquele momento.

Devemos considerar que os jornais, como meios de comunicação privados, devem atentar-se ao perfil do público ao qual se destinam. As notícias publicadas, mesmo que se apresentem como simples informações, são analisadas à luz das ideologias e identidades do leitor. Dessa forma, consideramos que um discurso que não encontre boa recepção no público alvo daquele periódico deixa de ser reiterado, sendo o inverso também verdadeiro: discursos bem aceitos passam a ser veiculados com mais ênfase.

Considerando essas condições, propomos uma breve análise dos discursos e debates que saíram nos jornais *Clarín*, *La Nación* e *El País* entre os dias 19 e 25 de março de 1996, semana mais intensa das comemorações do 20º aniversário do golpe na Argentina. A partir das reportagens, opiniões, cartas e informações publicadas pelos três buscamos entender como a mídia pretendeu a construção de uma memória do PRN e do exílio num momento em que o debate de direitos humanos reacendia-se e modificava-se.

A escolha pelos jornais *Clarín* e *La Nación* se deu pela ampla circulação de ambos e pelas posições que tomaram ao longo dos anos do PRN. Enquanto *La Nación* se mostrou um defensor das políticas das Forças Armadas, inclusive advogando a favor da necessidade de combate à subversão, *Clarín* manteve um tom mais moderado, alternando-se entre informar sobre as denúncias de violações de direitos humanos e o discurso sobre a “antiargentinidade” daqueles que as faziam (DÍAZ, 2011; SIDICARO, 1993: 397-472).

Nos anos 1990 *La Nación* manteve uma posição consoante com os discursos das elites mais conservadoras, firmando-se como o segundo jornal com maior tiragem no país. O periódico *Clarín* tornou-se a cabeça por trás do Grupo Clarín¹², um enorme conglomerado que dominou a mídia argentina sem grandes concorrentes.

Contrapomos esses dois monstros da mídia argentina ao jornal *EL País* da Espanha. O país europeu, de enorme importância para a recepção do exílio argentino (JENSEN, 2004: 15), vivia seu próprio momento de reflexão a respeito dos direitos humanos: cerca de

¹² Até 2013 o Grupo Clarín era composto pelos jornais *Clarín*, *Olé*, *Muy*, *La Voz del Interior*, pelas revistas *Viva*, *Tiki Tiki*, *Elle*, *Rural*, *Genios*, *Guía para Padres*, *Jardín de Genios*, *Casas y Pisos*, cerca de 300 canais de TV a cabo, além de *Artear Arte Radiotelevisivo Argentino S.A.*, *Telecor S.A.*, *Bariloche TV S.A.*, *Rádio Mitre S.A.*, *Rádios del Interior*, entre muitos outros.

20 anos após a transição que pôs fim ao franquismo, pensar as ditaduras e redemocratizações do Cone Sul era uma forma de tratar das próprias dores¹³. Assim, consideramos que o debate sobre os direitos humanos era, naquele momento, transnacional¹⁴.

Fundado em 1976 e propriedade do grupo Prisa, o *El País* se propunha a ser a voz democrática em um país que acabava de sair de uma das mais longas ditaduras do século XX. Desde seu início destacou-se pela ampla circulação na Espanha e pelos debates sobre política externa (MARENGUI e LÓPEZ, 2003). A presença de latino-americanos no país, associado ao interesse nos legados de violações de direitos humanos, levou o jornal a dar especial atenção aos debates que se davam no Cone Sul. Em 1996, o jornal possuía um correspondente radicado em Buenos Aires¹⁵.

Nesse trabalho analisamos algumas das notícias lançadas nos três veículos de comunicação entre os dias 19 e 25 de março de 1996, procurando entender quais memórias seus discursos pretenderam construir no entorno do aniversário do golpe. Nesse período *Clarín* abordou o tema dos direitos humanos 14 vezes, enquanto *La Nación* só o fez em 4 notícias. O *El País* tratou das comemorações na Argentina em 7 oportunidades.

A primeira menção do *Clarín* sobre o 24 de março foi na reportagem *Actos de repudio al golpe militar de 1976*, na qual o jornal informou aos seus leitores sobre atos e manifestações preparados para aquela semana, dando ênfase às propostas de “(...) colocación de monolitos en las veredas de los centros clandestinos de detención, la creación del 'Museo de la Memoria Nunca Más' y la declaración del 24 de marzo como 'Día de la

¹³ Após a morte de Franco em 1975, a Espanha inaugurou um modelo de transição pactuada que se consolidaria com os Pactos de Moncloa (1977). Se bem a lei de memória histórica somente seria criada em 2007, os primeiros debates e balaios sobre a transição começaram quando essa completava 20 anos, em meados da década de 1990. O próprio jornal *El País* lançou, entre setembro de 1995 e abril de 1996, uma série de reportagens que compuseram o dossiê *Memória de la transición*, mais tarde transformado em livro.

¹⁴ Foi através da cobertura da mídia espanhola sobre o 20º aniversário do golpe na Argentina que o fiscal Carlos Castresana obteve as primeiras informações a respeito do que havia ocorrido naquele país. Quatro dias depois, com apoio da União Progressistas de Fiscais da qual fazia parte, Castresana entrou com um processo contra os militares argentinos na Audiência Nacional de Madri, acusando-os de terrorismo e genocídio (Entrevista com Carlos Castresana, Madri, 14/5/2019). Com apoio fundamental de exilados argentinos que haviam permanecido na Espanha, o juízo de Madri reabriu a possibilidade de justiça para as vítimas da repressão, além de permitir que novos atores ganhassem voz e expusessem suas memórias do PRN.

¹⁵ Segundo Hector Borrat (1989: 63-64), enquanto as agências de notícias buscam ter correspondentes que cubram a maior parte dos países onde “há notícias”, os grandes jornais concentram seus jornalistas naqueles locais do globo que interessam a seus objetivos estratégicos. Daí considerarmos que a presença de um correspondente do *El País* em Buenos Aires é um fato importante a ser considerado naquele momento.

Memoria” (Actos..., 19/3/1996). A notícia também falava sobre as organizações envolvidas, ligando-as aos movimentos de vítimas da repressão.

O jornal não deu atenção à dimensão que as comemorações de 1996 ganhavam na Argentina. Citando apenas as organizações mais tradicionais, como as *Madres e Abuelas de Plaza de Mayo*¹⁶, não informou sobre o esforço conjunto dos organismos de direitos humanos, sobre a participação de pessoas sem vinculação com os desaparecidos ou mesmo sobre o engajamento das novas gerações nessa luta. A cinco dias dos principais eventos, o *Clarín* não deu indícios ao seu leitor de aquele 24 de março seria diferente dos anteriores.

No mesmo dia o periódico celebrou a nomeação do diplomata Jorge Taiana como membro fixo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). Segundo o jornal, a nomeação de Taiana, “(...) que sufrió en carne propia los abusos del autoritarismo” (*Ganamos un lugar...*, 19/3/1996) só foi possível devido a boa situação dos direitos humanos no país naquele momento. Para demonstrar a importância do cargo, *Clarín* rememorou a visita da CIDH à Argentina em 1979, afirmando ter sido ela a responsável por desencobrir a repressão. Ora, desde 1976 manifestações de exilados denunciavam os crimes cometidos pelas Forças Armadas, o que tornou o assunto interesse da mídia estrangeira: já no primeiro aniversário do golpe o *El País* falou sobre as denúncias de desaparecimentos na Argentina, conforme cita López (2004: 900).

Podemos inferir que o *Clarín* considerou o relatório da CIDH como o responsável por evidenciar a repressão por tratar-se do primeiro documento sobre o assunto vindo de um órgão político oficial. Contudo, não se pode ignorar que as denúncias do exílio contribuíram inclusive para que a visita ocorresse. Ao fazer isso, o jornal apaga a importante atuação dos exilados no combate à repressão.

Durante o processo de redemocratização houve um longo debate entre os principais meios de comunicação sobre quem seriam os argentinos que haviam partido do país e buscavam o retorno naquele momento (BALBINO, 2015: 79-91). Uma das figuras mais

¹⁶ Em 1977 um grupo de 12 mulheres participantes das *Madres de Plaza de Mayo* descobriu mais um aspecto que as unia: além dos filhos desaparecidos, buscavam também seus netos. Eram crianças pequenas, sequestradas com seus pais ou nascidas em cativeiro, e que foram entregues ilegalmente para adoção – muitas vezes para os próprios repressores –, tendo sua verdadeira identidade negada. Nasceu então a associação de direitos humanos *Abuelas de Plaza de Mayo*, que luta até hoje para restituir às verdadeiras famílias as crianças sequestradas pela ditadura. Desde 1979 o grupo identificou 130 netos.

retomadas para exemplificar o exilado foi do líder montonero¹⁷ Eduardo Firmenich, que reaparece nas páginas do *Clarín* em duas oportunidades no período aqui estudado: em 20 e 23 de março.

Na primeira data o jornal informou aos leitores indícios de que o “ex-jefe guerrillero” – como o intitula – pensava em deixar o país por não conseguir reinserir-se na sociedade, mesmo após os indultos de Menem. A reportagem, que teve chamada na primeira página, afirmava que a auto-crítica feita por Firmenich no ano anterior não havia sido capaz de convencer a sociedade (*Firmenich abandona...*, 20/3/1996).

Imagem 1: Primeira página do *Clarín* de 20 de março de 1996



Fonte: disponível em <<http://tapas.clarin.com/mobile/>>. Acesso em: 28 jun 2018.

¹⁷ Montoneros foi uma agrupação política surgida durante a chamada Revolução Argentina (1966-1973). Identificando-se como esquerda peronista, o grupo fez sua aparição pública em junho de 1970, quando sequestrou e assassinou o general Pedro Eugenio Aramburu, responsável pela derrubada de Perón do poder em 1955. Perseguidos pela ditadura que governou o país até 1973, os montoneros foram beneficiados pela anistia concedida pelo governo eleito de Héctor Cámpora (1973). Já eleito presidente depois de um exílio de 18 anos, Perón expulsou os Montoneros do movimento peronista em 1974. Em embates com a ala mais conservadora do partido, os líderes da agrupação foram perseguidos política e militarmente nos governos Perón e Isabelita (1973-1976). Quando o PRN se instalou, a organização já estava bastante enfraquecida, o que não diminuiu a intensidade da repressão. Calcula-se que cerca de 5000 militantes montoneros desapareceram entre 1976 e 1983, sendo que muitos deles jamais participaram de ações armadas, atuando em sindicatos, escolas, universidades, meios de comunicação, entre outros. Algumas lideranças montoneras conseguiram salvar suas vidas partindo para o exílio, entre as quais estavam Mario Eduardo Firmenich, Fernando Vaca Narvaja, Roberto Cirilo Perdia, processados com outros membros do movimento no governo Alfonsín.

A suposta saída de Firmenich do país foi retomada no dia 23. Apesar de não passar de especulação, *Clarín* buscou informar-se junto ao chefe de imigração da Noruega sobre a possibilidade do ex-líder montonero viver no país. Confirmando que, mesmo indultado, o visto lhe seria negado pelo envolvimento em assassinatos, o jornal relembrou o caso Aramburu, homicídio cometido pela organização em 1970, quando Firmenich não liderava os Montoneros, e as condenações do líder em 1985, no julgamento decretado por Alfonsín (*El gobierno noruego...*, 23/3/1996).

Mesmo sem retomar diretamente a relação entre exílio e guerrilha armada, como foi feito no início da democracia (BALBINO, 2015: 118-130), o jornal insistiu na figura de Firmenich, marcando a impossibilidade de sua reinserção na sociedade – mesmo nas democracias mais consolidadas, como a Noruega. Essa mesma preocupação não atingia os demais indultados por Menem – na sua maioria repressores – que não são citados nenhuma vez pelo periódico nesse momento. Firmenich sobreviveu ao PRN por estar no exílio, mas jamais poderia ser visto como vítima.

Em contrapartida, a preocupação do outro lado do Atlântico mostrava-se outra. O *El País* iniciou suas reportagens sobre o 20º aniversário do golpe na Argentina com um texto do sociólogo, urbanista e político Jordi Borja, intitulado *Hijos de la esperanza*.

Nacieron hace 20 años. O un poco antes, o un poco después. Fueron los hijos de una generación criminalmente masacrada por militares y paramilitares. El próximo domingo 24 hará 20 años de que los asesinos dieran el golpe de Estado para hacer "institucionalmente" lo que habían empezado con siglas siniestras como la Triple A¹⁸. Fue en Argentina. Algo parecido ocurrió en otros países de la región. En ninguno fue tan atroz. Nacieron hace 20 años. Sus padres los concibieron para salvar el futuro. Para afirmar la vida y vencer la muerte cada día. Fueron sus mejores armas. Una ardiente impaciencia y una generosidad sin otro límite que su propia vida les convirtió en asesinados, desaparecidos, encarcelados, exiliados. Pero sus hijos crecieron. En Argentina, o en el

¹⁸ A *Alianza Anticomunista Argentina* (Triple A) surgiu no final dos anos 1960 como representante da extrema direita dentro do movimento peronista. Misturando fascismo e nacionalismo, possuíam estreita relação com membros das forças de segurança e do Exército. Sua ideologia se baseava na Doutrina de Segurança Nacional, prevendo que somente a eliminação física do inimigo garantiria a vitória (Finchelstein, 2008: 144). Com a morte de Perón e a assunção de María Estela Martínez de Perón à presidência em 1974, a Triple A obteve financiamento do governo, em estreita relação com o ministro de bem-estar social José López Rega, considerado como um de seus fundadores. Entre 1974 e 1976 a *Triple A* sequestrou, torturou e assassinou membros da esquerda peronista, políticos, estudantes, intelectuais, além de cometer atentados e divulgar listas de pessoas que deveriam abandonar o país ou seriam assassinadas. Grande parte dos membros da *Triple A* foram incorporados aos grupos repressivos do PRN.

país que acogió a sus padre (sic), parientes, y luego en el desexilio del retorno. (BORJA, 19/3/1996)

O texto, que celebra o aparecimento da segunda geração de vítimas na luta por direitos humanos, inclui o exílio entre as marcas da repressão. Uma filial da *H.I.J.O.S.*¹⁹ criada em Barcelona se apresentou publicamente poucos dias antes do aniversário do golpe em 1996, e diversas manifestações de argentinos se deram nas ruas espanholas naqueles dias. Lembrando uma geração que lutou pela democracia fora das fronteiras nacionais, o *El País* celebrou aqueles que a mídia argentina continuava a esconder.

Ainda nesse texto, Borja criticou o silêncio instalado na sociedade a partir da lei de Ponto Final, que representaria um novo crime contra as vítimas e seus filhos. Enquanto *Clarín* preocupava-se com os movimentos de Firmenich e *La Nación* se calava completamente, o sociólogo afirmou no jornal espanhol que somente a memória sem perdão garantia uma vida com sentido (BORJA, 19/3/1996).

A preocupação da Igreja Católica com as consequências da política econômica de Menem foi alvo de notícias no *Clarín* e no *El País*, mas enquanto o jornal argentino abordava apenas as críticas em relação à exclusão social (*La iglesia...*, 19/3/1996), o correspondente do jornal espanhol aproveitava a ocasião para lembrar o apoio dado pelo clero aos militares.

(...) Su sometimiento [del clero], cobarde o cómplice, durante la última dictadura militar (1976-1983) ha sido sustituido en democracia por la progresiva contestación de los prelados más liberales o el activismo de curas de parroquia que hubieran sido arrojados al Atlántico e incluidos en la lista de desaparecidos de haber desarrollado su labor pastoral en los años de la inquisición castrense (AZNAREZ, 19/3/1996).

Mesmo quando não tratava de assuntos diretamente ligados às comemorações do aniversário do golpe, o *El País* falou mais de questões incômodas dos anos da ditadura que a imprensa local. É preciso considerar que os meios argentinos tinham maiores dificuldades em lidar com certos assuntos, como o apoio de instituições civis aos militares, já que isso passaria necessariamente por encarar os próprios suportes e silêncios. Dessa forma,

¹⁹ H.I.J.O.S. (*Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio*) surgiu na cidade de La Plata em 1995, reunindo filhos de desaparecidos e assassinados pela repressão ditatorial. Logo a organização se espalhou por outras cidades argentinas e pelos países de exílio, acolhendo também filhos de exilados e presos políticos (RÚA, 2010). Juntando-se à luta das demais organizações de familiares, H.I.J.O.S. colaborou para jogar luz a novos debates sobre os anos ditatoriais, como a culpabilização da militância, a hierarquização das vítimas, o apoio da sociedade à ditadura e as memórias da segunda geração de afetados.

assumimos a maior facilidade do *El País* em debater pontos difíceis do legado repressivo, mas ainda chamamos a atenção para a maneira como a imprensa argentina negou-se a mudar certos discursos consolidados no momento da redemocratização.

A organização das comemorações do 20º aniversário não ocorreu tranquilamente. Se a sociedade se reabria ao debate dos direitos humanos e à inclusão de novas memórias, o planejamento de grandes atos públicos por organizações críticas ao governo incomodou o poder executivo. A dois dias das principais manifestações, o *Clarín* noticiou o pedido do ministro do interior pela proibição do concerto planejado pelas *Madres* para o dia 23 (*Corach pidio...*, 22/3/1996). Sob alegação de falta de condições de segurança e cooperação da organização, Carlos Corach acionou a justiça.

Clarín não emitiu qualquer parecer sobre o caso. Dando a notícia apenas como caráter informacional, o jornal não buscou dados sobre os supostos problemas de segurança apontados pelo governo ou qualquer declaração das *Madres* sobre o ocorrido. Da maneira como foi apresentado no jornal, o ministro aparenta ter motivos irrefutáveis para pedir o cancelamento do ato.

Abordando esse assunto, e na sua primeira manifestação sobre as comemorações no período aqui analisado, *La Nación* tratou dos protestos comandados por Hebe de Bonafini após a atitude de Corach. O jornal informou que após o final da tradicional ronda das *Madres*, a líder adentrou a prefeitura de Buenos Aires acompanhada de outras manifestantes, onde discursou rechaçando as leis de ponto final e obediência devida (*Hebe de Bonafini...*, 22/3/1996).

Nessa reportagem nos chamou a atenção as palavras escolhidas pelo jornal: já no subtítulo, informou-se que as manifestações da semana recordavam o “*movimiento militar*”. Mesmo que no decorrer do texto se utilize “golpe de Estado”, a escolha da expressão do subtítulo – área de certo destaque na notícia – chamou a atenção pela negação da ilegalidade do governo instalado em 1976. Falar em movimento militar abrandece os eventos lembrados no 24 de março.

Já o título se destacou pela força que concede ao ato noticiado: “*Hebe de Bonafini tomó el Cabildo*”. O prédio histórico e de entrada livre apareceu como tomado pela líder das *Madres*, individualizada na ação que englobou outras mulheres da organização. Cabe lembrar que *La Nación* e *Madres* se opuseram um ao outro em diversos momentos, como

na defesa dos julgamentos de 1985 ou da política econômica de Menem. Para além da pouca atenção dedicada pelo jornal às celebrações do 20º aniversário do golpe, as reportagens relacionadas ao tema dos direitos humanos pareciam diminuir a importância social que esses adquiriam na Argentina de 1996.

O chamado judicial feito pelo advogado representante da família das monjas francesas desaparecidas na Argentina²⁰ foi noticiado apenas pelo *Clarín*. O pedido era pela convocação de Massera, que segundo o testemunho de Scilingo teria informações sobre o caso (*Piden a justicia...*, 22/3/1996). Os chamados *julgamentos pela verdade* (LVOVICH e BISQUERT, 2008: 67) começaram nos anos 1990, exigindo a convocação de militares à justiça pelo direito dos familiares a conhecer o que havia acontecido com seus entes desaparecidos.

Clarín não repercutiu a resposta da justiça argentina em relação ao caso das monjas. Massera, membro da primeira junta, liderou a *Escuela Superior de Mecánica de Armada* (ESMA), citada como um dos centros clandestinos com maior atuação no PRN. Beneficiado pelos indultos de 1990, nunca assumiu ter conhecimento sobre as desapareições. Não há qualquer discussão nas páginas do jornal sobre como o ex-chefe da Marinha se relacionava com a sociedade, ou mesmo sobre as consequências das leis de ponto final e obediência devida que fecharam o caminho da justiça na Argentina.

Em *Dolor, homenajes y denuncias*, o jornal celebrou alguns dos atos que já aconteciam pelo país. Entre os destaques, afirmou que as escolas se dedicariam a debater a memória do PRN trabalhando com os alunos o prólogo do *Nunca Más* escrito por Ernesto Sábato (*Dolor...*, 23/3/1996). Se o trabalho realizado pela CONADEP continuou a ser visto como de enorme importância, o texto de abertura do informe sofria grandes críticas por sua reafirmação da *teoria dos dois demônios*²¹.

²⁰ Em dezembro de 1977, sob o comando do capitão da Marinha Alfredo Astiz, 12 pessoas vinculadas a agrupação *Madres de Plaza de Mayo* foram sequestradas e desaparecidas. Entre elas estavam Azucena Villafior de Vicente, Esther Ballestrino e María Ponce de Bianco, três das pioneiras do grupo, e as religiosas francesas Alice Domon e Léonie Duquet. Em 1990, diante da impunidade na Argentina, um tribunal francês julgou Astiz em ausência. Condenado a prisão perpétua, nunca foi extraditado.

²¹ Surgida no final do PRN e enfatizada no início da democracia, a *teoria dos dois demônios* considerava ter sido a Argentina atingida por duas violências de igual intensidade e equiparáveis: a guerrilheira e a militar. A limitação da responsabilidade pela violência política às cúpulas desses dois grupos propunha a ideia de uma sociedade alheia e vítima de ambos.

Grande parte das manifestações do 20º aniversário visavam quebrar a cristalização da memória do PRN, questionando a culpabilização da ação política que ela criou. Para as organizações de direitos humanos e as vítimas sobreviventes era fundamental construir novas memórias que permitissem encarar a repressão dos anos ditatoriais como um plano sistemático que atingiu a milhares de argentinos e teve a colaboração de diversas instituições civis, seja pela ação ou omissão.

Contudo, no jornal, o uso nas escolas de um texto que explicava o surgimento da repressão pelas ações da esquerda não foi motivo de contestação. Quando *Clarín* optou pelo caráter apenas informacional da notícia, como se o trabalho com o prólogo de Sábado fosse quase “natural”, estava apoiando sua consolidação como memória pública do PRN, mesmo que ela excluísse milhares de vítimas da história argentina e, muitas vezes, da própria vida social do país.

La Nación também apoiou a naturalização da memória em torno da *teoría dos dois demônios* na reportagem *El punto de partida de un ciclo doloroso*, assinada pela cientista política Graciela Romer, que trabalhou como assessora na campanha presidencial de Menem. Relembrando o caos político dos anos de 1974 a 1976, o texto afirmou que o enfrentamento entre as guerrilhas e a Triple A levou a passividade social frente ao golpe. O texto continua:

Es cierto que **un juicio global sobre el llamado Proceso de Reorganización Nacional debería contener un análisis reflexivo y matizado de sus diferentes etapas de sus luces y sus sombras**. Y también de los múltiples cambios que se registraban a medida que renovaron las cúpulas de las tres fuerzas y se fueron modificando las condiciones generales del país. Pero aun con esa advertencia resulta imposible dejar de consignar al cabo de veinte años **tres aspectos decididamente funestos** del régimen de facto en 1976 y clausurado en 1983:

- La **utilización de procedimientos perversos para combatir la guerrilla subversiva** que incluyó la creación de centros de detención clandestinos en los que se produjeron **gravísimas violaciones a los derechos humanos** y otros actos repudiables como el secuestro de niños recién nacidos y el exterminio de personas.

- El irresponsable intento de recuperar las islas Malvinas por la fuerza ejecutado con pasmosa frivolidad y una improvisación [...] Este error derivó como es conocido en una guerra de trágicas consecuencias para la Argentina con un lamentable costo en vidas humanas y con pérdida de confianza y credibilidad altamente desfavorable para los intereses estratégicos de la Nación.

- La desafortunada decisión de establecer una distribución de poder tripartita e igualitaria que asignaba a una de las fuerzas determinadas áreas de influencia en la estructura del Estado. Ese error ostensible produjo la fragmentación del poder político y generó un clima recurrente de rivalidades sospechas y recelos que se mantuvo durante todo el proceso y que no desapareció ni siquiera cuando el país se vio envuelto en 1982 en un conflicto bélico internacional.

[...] El señalamiento de los tres errores históricos que se han señalado no debe ser un obstáculo para el reconocimiento de **datos positivos de la administración política iniciada en 1976**: por ejemplo **los avances logrados durante la gestión ministerial de José Alfredo Martínez de Hoz en la marcha hacia el reordenamiento de la economía** malogrados – lamentablemente – como consecuencia de los conflictos políticos generados durante la larga y desgastante transición de la presidencia de Videla a la de Roberto Eduardo Viola que demandó – entre fines de 1980 y comienzos de 1981 – seis meses de trabajosas gestiones.

Tampoco sería justo dejar en el olvido diferencias de criterio que **existieron entre los jefes militares y sus distintos grados de responsabilidad en la aplicación de una política represora** que vulneraba derechos humanos básicos.

No sería equitativo desconocer en ese sentido que **hubo oficiales que pugnaron por atenuar la ilegalidad** de los todos represivos y que **otros llevaron el ejercicio de la violencia extrema incluso fuera del ámbito de la lucha antisubversiva [...]** (ROMER, 24/3/1996, grifos nossos)

Apesar de grande, optamos por reproduzir o trecho para facilitar sua análise. Mesmo sendo assinado por uma colaboradora esporádica, o teor da reportagem refletia muitas das posições defendidas pelo *La Nación* ao longo daqueles 20 anos. Assim, para além de reafirmar a culpa das guerrilhas na instalação do PRN e da repressão, o jornal lembrou o lado “positivo” da ditadura, condensado na política econômica de Martínez de Hoz, cujos princípios eram bastante próximos daqueles impulsionados por Menem.

Voz da elite argentina, *La Nación* defendeu a política de abertura econômica promovida nos primeiros anos da ditadura. A enorme crise do final do PRN era, segundo o jornal, consequência dos desvios promovidos a partir de 1981. Lembramos aqui que parte das organizações de direitos humanos que coordenavam os atos daquele aniversário eram extremamente críticas a essa linha econômica e sua adoção no governo peronista, usando as manifestações para denunciar o contínuo aumento da pobreza no país.

Outro ponto de destaque é a diferenciação no grau de responsabilidade dos militares na repressão. Não se trata de uma afirmação dos princípios da lei de obediência devida, já que a reportagem afirmou que até mesmo os chefes das juntas não deveriam ser

considerados igualmente responsáveis. Ao afirmar que alguns militares levaram a repressão para além do combate à subversão, a cientista política parece não apenas endossar a tese dos “excessos”, como ainda afirmar que haveria uma repressão legal, mesmo que os métodos não o fossem: aquela levada a cabo contra os “verdadeiros subversivos”.

Cabe ressaltar a continuidade do uso da palavra “subversivo” no texto publicado por *La Nación*. Segundo o dicionário Michaelis, quando usado como adjetivo, como acontece aqui, subversivo significa

1. Que ou aquele que propõe e/ou executa ações com o objetivo de transformar ou derrubar a ordem vigente; revolucionário.
2. Que ou aquele que propaga ideias ou teorias diferentes daqueles da maioria que, em consequência disso, pode se sentir prejudicada ou ameaçada.
3. (pejorativo) que ou aquele que age para tumultuar a ordem vigente, espalhando o caos; agitador. (Michaelis on-line)

Se as Forças Armadas enfatizaram a ideia de “subversão” para validar a necessidade da repressão, dentro do texto de Romer ela parece justificar a racionalidade da *teoria dos dois demônios*: as organizações de esquerda dos anos 1970 não eram movimentos políticos com apoio dos argentinos, mas propagandistas de ideias alheias à sociedade, cujas ações pretenderam destruir a ordem. Sentindo-se ameaçada, a população aceitou a necessidade de combatê-las, não sabendo que dava margem para a instalação de violações de direitos humanos.

A novidade do texto foi a condenação dos atos cometidos pelos militares. Se por tantos anos o *La Nación* negou a existência de uma repressão sistemática (SIDICARO, 1993: 397-407), no 20º aniversário do golpe deixou claro que essa forma de atuação não poderia ser aceita novamente. Contudo, não reivindicou justiça para as vítimas.

Consideramos que ao trazer Graciela Romer como uma voz válida para analisar o momento histórico, *La Nación* estava posicionando-se favoravelmente aos pontos colocados pela cientista política. Com debates bem diferentes dos levantados pelas organizações que preparavam as manifestações daquele 24 de março, o jornal parecia querer o fechamento definitivo das discussões em torno da ditadura, sem haver espaço para nenhuma memória diferente das consolidadas, seja das novas gerações ou das vítimas até ali silenciadas.

Nenhum dos jornais argentinos aqui estudados lançaram editoriais relativos ao 24 de março. No *Clarín* as reportagens mostravam as reações de outros atores sociais às celebrações que se davam pelo país, como por exemplo as declarações do presidente Menem, que defendeu os indultos e afirmou que a Argentina havia fechado as feridas (*Menem repudió...*, 24/3/1996). O jornal não reagiu a esse pronunciamento, por mais que as intensas comemorações daquele dia mostrassem que o tema das violações dos direitos humanos ainda estava latente na sociedade.

Optando por uma “neutralidade”, *Clarín* não comentou sobre as disputas de memórias que se evidenciavam na cena pública argentina. Sem tecer críticas ou sustentar as declarações, o jornal não buscou ouvir os atores que contrariavam o discurso presidencial, nem informou sobre o surgimento de novas organizações ou a exposição de memórias de vítimas antes silenciadas. Mantendo o caráter informativo no que tocava aos debates daquele momento, o periódico apenas identificou os atos planejados pela *Comissão pela Memória, pela Verdade e pela Justiça*. Nem mesmo os discursos proferidos nas marchas e na Praça de Maio encontraram espaço nas páginas da grande imprensa.

É também com o intuito de informar sobre as comemorações que *Clarín* fez a reportagem *Otras formas de la memoria*, na qual falou da participação de artistas e intelectuais em atos nos diversos bairros da capital (*Otras formas...*, 24/3/1996). Ao nomear alguns dos participantes, o jornal os relacionou diretamente com a repressão, o que geralmente acontecia quando se tratava de uma vítima reconhecida da ditadura, como o presidente Menem, por exemplo. Contudo, entre os artistas e intelectuais citados estavam Luís Felipe Noé, exilado em Paris, Ricardo Carpani e Juan Carlos Distéfano, exilados na Espanha, Nicolás Casullo, exilado no México por perseguições da Triple A e León Ferrari, exilado no Brasil.

Na mesma reportagem *Clarín* ainda informou sobre as comemorações dos 20 anos do golpe em Roma, nas quais se lembrariam os desaparecidos de origem italiana, sem contextualizar, contudo, que a Itália foi um dos centros de acolhida aos exilados argentinos, e que alguns deles ainda permaneciam em solo europeu.

A opção por não adjetivar participantes das manifestações que ocorriam na Argentina e no mundo como exilados pode advir do fato de que esses não haviam galgado espaço na memória coletiva que tratava do passado ditatorial. Assim, enquanto o jornal

optou por usar a palavra vítimas para falar de desaparecidos e assassinados, representados nos atos por seus familiares, e até mesmo para o presidente Menem, preso político do PRN, também optou por lembrar a figura de Firmenich e sua intenção de sair do país, colaborando na manutenção de estereótipos criados nas décadas anteriores sobre certos afetados pela repressão. Não podemos afirmar que essa ação seja consciente, mas ela fecha o debate em velhas polêmicas, e dificulta a pluralização da memória, fundamental para os novos atores político-sociais que ganhavam voz na Argentina daquele momento.

Essa questão fica ainda mais sobressaltada quando se compara as reportagens publicadas pelo *El País* nesse mesmo dia. Na sessão de cartas, o leitor Eduardo Aristia Artega lembra o golpe e, mesmo sem se identificar diretamente com o exílio, afirma que muitos argentinos foram obrigados a viver longe da pátria por conta de suas lutas (ARTEGA, 24/3/1996). Mesmo sem nomear-se como vítima, é em primeira pessoa que o homem que saiu do país lembra a brutalidade da repressão e as dores do passado.

Essas questões são retomadas na reportagem do correspondente Juan Aznarez, que acompanhava as manifestações em Buenos Aires. Relembrando as formas de torturas usadas pelos militares, o jornalista contrapôs a fala de dois atores: o historiador Félix Luna e o Nobel da Paz Pérez Esquivel (AZNAREZ, 24/3/1996). Enquanto o primeiro afirmava que um novo golpe seria impensável na Argentina, seja pela falta de respaldo popular, seja pelo caráter legalistas das Forças Armadas naquele momento, o segundo mostrava que os governos democráticos mantiveram a impunidade aos repressores.

Para Pérez Esquivel a negação à *verdade, justiça e memória* era a responsável pela vitória de antigos repressores em eleições recentes no país, o que foi exemplificado pelo jornalista no governo de Tucumán²², controlado pelo general Domingo Bussi, que “(...)

²² Tucumán, no norte da Argentina, tem uma história particular quando nos referimos à repressão ditatorial. Após a queda de Perón em 1955, o forte sindicato dos trabalhadores da indústria açucareira – fonte econômica da província – passou a aproximar-se da tendência socialista, afastando-se pouco a pouco do controle exercido pela CGT (Central Geral dos Trabalhadores). Nos anos 1960, diante da crise do setor, o sindicato se radicalizou, convocando grandes greves que contavam com o apoio de professores, camponeses e empregados dos poderes judiciário e executivo. A situação piorou com as medidas econômicas tomadas pela Revolução Argentina (1966-1973), que agravaram a crise, ampliaram o desemprego e obrigaram milhares de pessoas a abandonar a região. Nesse ínterim, operários, estudantes e alguns membros do clero promoviam manifestações, enfrentando-se com a polícia. No final de maio de 1968 grandes protestos de estudantes tomaram a cidade, e obrigaram a vinda do exército para que o poder fosse retomado. Esse movimento se insere no contexto de outras manifestações populares que ocorreram na Argentina até os anos 1970, vistas como um dos fatores que debilitaram a ditadura, contribuindo para seu fim em 1973. Ainda em 1970, no V Congresso do *Partido Revolucionario de los Trabajadores*, Mario Eduardo Santucho fundou junto a outros

recibe con la pistola enfundada sobre la mesa de escritorio” (AZNAREZ, 24/3/1996). Concordando com o ativista argentino, a reportagem afirmou que esse espaço foi aberto nas leis de perdão instituídas por Alfonsín e Menem.

Por fim, o correspondente trouxe ao leitor espanhol os fatores que considerava como fundamentais para a instalação da ditadura de 1976 na Argentina: a morte do general Perón, os problemas econômicos, um poder executivo incapaz e as ações da Triple A. Sem considerar que as ações da guerrilha “provocaram” as Forças Armadas, Aznarez afirmou que a maioria da população clamava por um governo de ordem, pois sentia-se atacada por uma subversão comunista e ateia. O resultado desse chamado: imediato apagão cultural, enorme dívida externa e um bordão que dominou a Argentina das desapareições: “*No te metás, por algo será*” (AZNAREZ, 24/3/1996).

Se o artigo não trouxe abertamente o exílio, que nos anos 1990 ainda era visto como uma questão menor frente a outras ações da repressão, como os desaparecimentos, colaborou questionando assuntos silenciados na Argentina, como a impunidade dos repressores, motivo pelo qual muitos exilados optaram por não retornar definitivamente ao país natal, o apoio de setores do peronismo às ações da Triple A, responsável por assassinatos e exílios antes do PRN e o silenciamento da sociedade diante da repressão, acusando as vítimas de serem culpadas pela sua perseguição. No 20º aniversário do golpe o *El País* debateu questões latentes para as vítimas que, excluídas da primeira memória criada pelo *Nunca Más*, começavam a buscar espaço de fala na Argentina democrática.

No dia seguinte aos principais atos celebrativos a imprensa refletiu suas repercussões. O *La Nación* lançou a reportagem *Para Balza, la crisis de 1976 no justifica el levantamiento*, repercutindo a declaração do chefe do exército de que as instabilidades políticas dos anos 1970 não justificavam o golpe, mesmo que esse tenha tido amplo apoio

militantes o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), de orientação marxista, e que visava liderar os trabalhadores numa guerra revolucionária para tomar o poder na Argentina, começando pelo território de Tucumán. Com um caráter militarista bastante marcado, o ERP organizou em 1973 batalhões em duas zonas principais: a grande Buenos Aires e Tucumán, realizando ataques a quartéis, assaltos a bancos, sequestros extorsivos e assassinatos. Em fevereiro de 1975 o governo de Isabelita Perón ordenou que as Forças Armadas realizassem ações anti-subversivas contra os focos guerrilheiros de Tucumán, no que ficou conhecido como *Operativo Independencia*. Controlado pelo Exército, o Operativo atingiu não apenas o ERP, mas também partidos políticos, sindicatos, organizações estudantis e religiosas e ativistas populares em geral, utilizando-se de métodos que constituiriam a base da repressão no PRN. No comando do *Operativo Independencia* esteve inicialmente o general Acdel Vilas e, posteriormente, Antonio Domingo Bussi, que continuaria a controlar as operações repressivas na província depois da instalação definitiva da ditadura.

popular na época. Se a fala do membro das Forças Armadas desconstruía a ideia de que os militares salvaram o país da subversão, a mesma reportagem trouxe o discurso de Fernando Bustela, pré-candidato a prefeito, para quem “[...] *las organizaciones socialistas siguen mirando los derechos humanos con el ojo izquierdo pero también hay que recordar a los soldados policías y civiles honestos y valientes que perdieron su vida en la lucha contra la subversión*” (Para Balza..., 25/3/1996).

Para além de definir as organizações de direitos humanos genericamente como “socialistas”, a reportagem equiparou novamente as ações guerrilheiras e a repressão. Dessa forma, nas páginas do *La Nación* o leitor continuou a encontrar uma visão da ditadura como reação à luta armada, sem críticas à impunidade dos violadores de direitos humanos ou debates sobre os novos atores que reivindicavam presença e voz na memória da ditadura.

No *Clarín* repercutiu-se o minuto de silêncio nos jogos do campeonato de futebol, ato chamado por Maradona e oficializado pela Associação de Futebol Argentina (AFA). O jornal comentou brevemente que a celebração só foi descumprida em um jogo, cujo árbitro era também sargento do exército, o que foi justificado pelo próprio como um esquecimento (*El fútbol...*, 25/3/1996). O periódico optou por não comentar o assunto, mesmo que este evidencie o desconforto dos membros das Forças Armadas com as comemorações daquele 24 de março.

No *El País* os 20 anos do golpe na Argentina foram lembrados em mais duas reportagens. O texto de Manuel Vazquez Montalban lembrou o “holocausto” que dizimou a esquerda na América: “*Contra el olvido de que la Solución Final del Cono Sur de América Latina no ha tenido su Núremberg Internacional salvo en el territorio de la memoria, desde el deseo de que...no habrá más pena ni olvido.*” (MONTALBAN, 25/3/1996, grifo do autor). O escritor também lembrou as manifestações ocorridas na Espanha, solidária à dor de muitos argentinos que, exilados ali, continuavam a viver no país:

Pilar y José María (Valverde) me recuerdan que en Barcelona ha habido actos conmemorativos de 20 años de lucha contra los matarifes argentinos, lucha representada hoy casi exclusivamente por las madres y las abuelas de la plaza de Mayo. También me lo recuerdan cartas madrileñas de abuelas argentinas que reúnen vidas y muertes que probablemente hoy ganarían un Oscar aplaudido por los mismos poderes

que en el pasado lanzaron sobre sus hijos y sus nietos un resumen contundente de la Historia de la Crueldad (MONTALBAN, 25/3/1996)

Já o texto de Aznarez, *Menem defende el indulto a los golpistas argentinos*, continuou o debate trazido no dia anterior ao comentar as falas do presidente Menem, que defendeu os indultos e o encerramento das questões em torno da ditadura, e do general Balza, militar que assumiu a reponsabilidade do exército nos atos cometidos (AZNAREZ, 25/3/1996). Expunha-se ali a contradição de um país que, mesmo encarando a brutalidade da repressão e suas consequências, via seu governo manter o discurso apaziguador em nome de um fechamento de feridas que nunca se concluiu para a maioria das vítimas.

Ao analisarmos parte do que foi publicado nesses três veículos de imprensa no entorno do aniversário de 20 anos do golpe, percebemos como os principais jornais argentinos lidaram mal com a pulverização de memórias que se instalava a partir do surgimento de novos atores político-sociais. *Clarín* e *La Nación* queriam deixar a ditadura no passado, sem reabrir os debates e reafirmando um discurso supostamente reconciliador proclamado pelo governo.

Mesmo quando as vítimas antes silenciadas eram estampadas nas suas páginas, como no caso dos exilados, sua memória de dor era deixada de lado, e sua importância na construção da *tragimoração* que se fazia naquele momento era ofuscada por discursos presidenciais ou mesmo por um interesse renascido na guerrilha, exemplificada na figura de Firmenich. Para a grande mídia interna não havia (ex)exilados, dentro ou fora da Argentina, que tivessem algo relevante a acrescentar na memória consolidada do PRN.

A tudo isso se contrapõe o grande veículo de imprensa espanhol. Se o exílio não apareceu ali nomeado, esteve presente nas manifestações das cidades espanholas e falou em primeira pessoa na carta publicada pelo *El País*. Da mesma forma, os textos de Aznarez trouxeram a impunidade instalada na Argentina pelas leis de perdão de Alfonsín e Menem, responsáveis por tirar das vítimas – sobreviventes ou não – a justiça e a memória que mereciam. Vale salientar que, enquanto refletia sobre o legado das violações de direitos humanos na Argentina, o jornal madrileno publicava a série “*Memória de la transición*” (*El País*, set/1995 a abril/1996), cujos textos de intelectuais pensavam os 20 anos da transição espanhola. Sendo assim, pensar a Argentina dos anos 1990 era uma forma de repensar a própria trajetória ditatorial e democrática.

O 20º aniversário do golpe é um momento de inflexão da memória na Argentina. Se muitas das imagens criadas pelos militares tentavam permanecer, já não era possível defender a repressão, e vítimas antes silenciadas começaram a atuar ao lado de organizações de direitos humanos, colaborando para que o 24 de março fosse ressignificado na esfera pública.

Referências

BALBINO, A. C. *O exílio em manchete: o retrato dos exilados na imprensa argentina durante a redemocratização (1982-1984)*. Campinas, SP: [s.n.], 2015

BORRAT, H. *El periódico, actor político*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1989.

CRENZEL, E. *La historia política del Nunca Más*. La memoria de las desapariciones en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

DÍAZ, C. L. “La Nación y Clarín frente a la violencia política (1976-1980). Dos casos de periodismo hermesiano”. In: SABORIDO, J.; BORRELLI, M. H. (coords). *Voces y silencios: la prensa argentina y la dictadura militar 1976-1983*. Buenos Aires: Eudeba, 2011.

Dicionário Michaelis On-line. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 06 jun. 2019

GASSMANN, C. “Los medios de comunicación y la memoria del horror (1983-2006)”. In: RAGGIO, S. (coord). *La última dictadura militar*. Entre el pasado y presente. Propuestas para trabajar en el aula. Buenos Aires-Rosario: Ed. Homo Sapiens, Comisión provincial por la memoria, 2009. Disponível em: <http://www.comisionporlamemoria.org/static/prensa/jovenesymemoria/bibliografia_web/ejes/cultura_gassmann2.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2019

JELIN, E.. “Introducción”. In: JELIN, E. (comp.). *Las conmemoraciones: Las disputas en las fechas “in-felices”*. Buenos Aires: Siglo XXI de Argentina Editores, pp. 1-8, 2002a.

JELIN, E. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España S.A., 2002b.

JELIN, E.; LANGLAND, V. (comps.). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2003.

JELIN, E. *La lucha por el pasado*. Como construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2ª ed., 2018

JENSEN, S. *Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria*. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976-...). Tese de Doutorado. Universitat Autònoma de Barcelona, 2004.

LÓPEZ, L. P. Exiliados argentinos en la España de la transición: la imagen de un diario español ('El País'). In: ZUBELDIA, C. N. (ed.) *Actas del IV Simposio de Historia Actual, Logroño, 17-19 de octubre de 2002, Logroño: Gobierno de la Rioja. Instituto de Estudios Riojanos, 2004, p. 873-913.*

LORENZ, F. "¿De quién es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976". In: JELIN, E. (comp.). *Las conmemoraciones: Las disputas en las fechas "in-felices"*. Buenos Aires: Siglo XXI de Argentina Editores, 2002, pp. 53-100

LVOVICH, D.; BISQUERT, J. *La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008.

MARENGUI, P.; LÓPEZ, L. P. Prensa española y dictadura argentina (1976-1983): la imagen del exilio en ABC, El País y Triunfo. *América Latina Hoy*, v. 34, 2003.

RICEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RONIGER, L.; SZNAJDER, M. *O legado de violações dos direitos humanos no cone sul*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

SABATO, E. *Prólogo in Nunca Más*. Buenos Aires: Eudeuba, 1984.

SIDICARO, R. *La política mirada desde arriba*. Las ideas del diario La Nación 1909-1989. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 1993.

SILVA, T. C. As celebrações, a memória traumática e os rituais de aniversário. *Revista UFG*, v. 9, n. 1, 2007.

VERBITSKY, H. *O vôo*. SP: Globo, 1995.

VEZZETTI, H. *Pasado y Presente*. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

Fontes primárias

Actos de repudio al golpe militar de 1976. Clarín, Buenos Aires, 19 março 1996. Disponível em < <http://edant.clarin.com/diario/96/03/19/24mar.html>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

Ganamos un lugar en la defensa de los derechos humanos. Clarín, Buenos Aires, 19 março 1996. Disponível em < <http://edant.clarin.com/diario/96/03/19/defen.html>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

La Iglesia denunció una 'grave situación social'. Clarín, Buenos Aires, 19 março 1996. Disponível em < <http://edant.clarin.com/diario/96/03/19/igle.html>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

BORJA, J. *Hijos de la esperanza*. El País, Madri, 19 março 1996. Disponível em < <https://elpais.com/archivo/>>. Acesso em: 29 jun. 2018

AZNAREZ, J. J. *Menem y la Iglesia discrepan del coste social del milagro económico argentino*. El País, Madri, 19 março 1996. Disponível em <<https://elpais.com/archivo/>>. Acesso em: 29 jun. 2018

Firmenich abandona el país. Clarín, Buenos Aires, 20 março 1996. Disponível em <<http://edant.clarin.com/diario/96/03/20/firmen.html>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

Corach pidió a la Justicia que impida el acto de las Madres en la Plaza de Mayo. Clarín, Buenos Aires, 22 março 1996. Disponível em <<http://edant.clarin.com/diario/96/03/22/madres2.html>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

Hebe de Bonafini tomó el Cabildo. La Nación, Buenos Aires, 22 março 1996. Disponível em <<http://servicios.lanacion.com.ar/archivo>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

Piden a Justicia que cite a Massera. Clarín, Buenos Aires, 22 março 1996. Disponível em <<http://edant.clarin.com/diario/96/03/22/masser.html>>. Acesso em: 27 jun. 2018

El gobierno noruego le negaría la radicación a Firmenich. Clarín, Buenos Aires, 23 março 1996. Disponível em <<http://edant.clarin.com/diario/96/03/23/noruega.html>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

Dolor, homenajes y denuncias. Clarín, Buenos Aires, 23 março 1996. Disponível em <<http://edant.clarin.com/diario/96/03/23/madres.html>>. Acesso em: 27 jun. 2018

ROMER, G. *El punto de partida de un ciclo doloroso*. La Nación, Buenos Aires, 24 março 1996. Disponível em <<http://servicios.lanacion.com.ar/archivo>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

Menem repudió el golpe del 76, pero defendió el indulto. Clarín, Buenos Aires, 24 março 1996. Disponível em <<http://edant.clarin.com/diario/96/03/24/menmm.html>>. Acesso em: 27 jun. 2018

Otras formas de la memoria. Clarín, Buenos Aires, 24 março 1996. Disponível em <<http://edant.clarin.com/diario/96/03/24/plaza.html>>. Acesso em: 27 jun. 2018

ARTEGA, E. A. *20 años no es nada... y no se debe olvidar*. El País, Madri, 24 março 1996. Disponível em <<https://elpais.com/archivo/>>. Acesso em: 29 jun. 2018

Argentina en el desván. El País, Madri, 24 março 1996. Disponível em <<https://elpais.com/archivo/>>. Acesso em: 29 jun. 2018

Para Balza, la crisis de 1976 no justifica el levantamiento. La Nación, Buenos Aires, 25 março 1996. Disponível em <<http://servicios.lanacion.com.ar/archivo>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

El fútbol también lo rechazó. Clarín, Buenos Aires, 25 março 1996. Disponível em <<http://edant.clarin.com/diario/96/03/25/futbol.html>>. Acesso em: 27 jun. 2018

MONTALBAN, M. V. *Pena y Olvido*. El País, Madri, 25 março 1996. Disponível em <<https://elpais.com/archivo/>>. Acesso em: 29 jun. 2018

AZNAREZ, J. J. *Menem defiende el indulto a los golpistas argentinos*. El País, Madri, 25 março 1996. Disponível em <<https://elpais.com/archivo/>>. Acesso em: 29 jun. 2018

Recebido em: 16 de outubro de 2018

Aceito em: 30 de março de 2019